

**PROCESSO SELETIVO 2019 PARA ACESSO 2020 EDITAL PARA O PROCESSO
SELETIVO DA RESIDÊNCIA MÉDICA**

ANEXO II

**PROGRAMAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
RESIDÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO MULTIPROFISSIONAL**

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

Compreensão e interpretação de textos; Gêneros e tipos de texto; Figuras de Sintaxe; Figuras de Linguagem; Articulação textual, coesão e coerência textual; Morfossintaxe; Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Crase; Colocação pronominal; Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos; Acentuação gráfica; Ortografia; Pontuação; Variação linguística.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática Completa*. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SAÚDE PÚBLICA

PROGRAMA

Sistema Único de Saúde. As Leis Orgânicas da Saúde. Princípios e diretrizes do SUS. Modelos Assistenciais no Brasil. Participação e Controle social. Financiamento do SUS. Vigilância em Saúde. Epidemiologia e saúde pública. Indicadores de Saúde. Redes de Atenção à saúde. Política Nacional de Humanização. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Hospitalar. Componentes da Assistência Farmacêutica. Relação Nacional de Medicamentos. Assistência de Média e Alta complexidade. Doenças infecciosas e parasitárias. Programa Nacional de Imunização. Educação em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 25694. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece as diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 223 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 4). Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/assistencia-de-media-e-altacomplexidade/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3390 de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde, estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Hospitalar da Rede de atenção à saúde. (RAS). Brasil, 2013. Disponível em : http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME 2017 / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 9. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_rename_2017.pdf

BEAGLEHOLE, R.; BONITA, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia básica. 2ª ed. São Paulo: Santos/OMS, 2010. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9788572888394_por.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_politica_nacional_atencao_basica_integracao_atencao_basica_vigilancia_saude_modulo_1.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 8. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 176 p. : il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf

Ficha Catalográfica Mendes, Eugênio Vilaça. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº. 2446 de 11 de novembro de 2014. Redefini a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html.

MACHADO, AGM e WANDERLEY, LCS. Educação em Saúde. Módulo Curso de Especialização em Saúde da Família. UNASUS. Fiocruz. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade_09/unidade09.pdf

ATENDIMENTO HUMANIZADO E INTERDISCIPLINARIDADE NA ÁREA DA SAÚDE

PROGRAMA

Política Nacional de Humanização. Ética. Bioética. Relação médico-paciente. Relações Profissionais. Interdisciplinaridade. Interprofissionalidade. Equipe multiprofissional. Trabalho em equipe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n. º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

OLIVEIRA. FT; FLÁVIO, DA; MARENGO, MO; SILVA, RHA. Bioética e humanização na fase final da vida: visão de médicos. Rev. bioét (Impr.) 2011; 19(1): 247 – 58. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/553/635

ROCHA, BV; GAZIM, CC; PASETTO, CV. SIMÕES, JC. Relação Médico-Paciente. Revista do médico Residente, v. 13, n. 2 (2011). Disponível em: <http://crmpr.org.br/publicacoes/cientificas/index.php/revista-do-medico-residente/article/view/8/13>.

PINOCHET, LHC; GALVÃO, CR. Aspectos humanos na gestão hospitalar. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2010;34(4):498-507. Disponível em: https://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/79/498a507.pdf

GOULART, BNG; CHIARI, BM. Humanização das práticas do profissional de saúde - contribuições para reflexão. Ciência & Saúde Coletiva, 15(1):255-268, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2010.v15n1/255-268/pt>.

ARAÚJO, MBS. TRABALHO EM EQUIPE: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família. Cien Saude Colet (2006/Set). Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/trabalho-em-equipe-um-desafio-para-a-consolidacao-da-estrategia-de-saude-da-familia/258?id=258>

CECCIM, RB. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. Interface 2018; 22(Supl. 2):1739-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v22s2/1807-5762-icse-22-s2-1739.pdf>

Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos? [recurso eletrônico]/ Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, organizadora. – 1.ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA,

2017. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-vivencias-em-educacao-na-saude/vol-06-interprofissionalidade-e-formacao-na-saude-pdf>

ENFERMAGEM

PROGRAMA

Fundamentos de enfermagem. Lei do Exercício Profissional. Código de Ética e Deontologia de Enfermagem. Segurança do paciente. Administração em enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Processo de enfermagem. Assistência de enfermagem no parto. Assistência de enfermagem em neonatologia. Administração de fármacos: princípio ativo, cálculo, diluições, efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Prevenção e controle de doenças infectocontagiosas. Medidas de prevenção e controle de infecção hospitalar. Intoxicações agudas. Atendimento a múltiplas vítimas. Queimaduras – tratamento e condutas de enfermagem. Prevenção e tratamento de lesões por pressão. Terapia intensiva neurológica. Terapia intensiva cardiológica. Urgências psiquiátricas. Assistência de enfermagem em urgências e emergências em pacientes adultos e pediátricos. Cuidados críticos de enfermagem em pediatria e terapia intensiva adulto. Assistência de enfermagem ao paciente vítima de trauma. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico.

Assistência de enfermagem na saúde mental Fisiologia e patologia dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário, gastrointestinal e órgãos genitais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION, Atualização das diretrizes de RCP e ACE, 2015. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf> . Acesso: 26 ago. 2019.

BORGES, Eline Lima et al. Feridas: como tratar. 2 ed., Belo Horizonte: Coopmed, 2018.

BRASIL. Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986, e suas atualizações. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Anexo I: Protocolo de prevenção de quedas. Disponível em: <http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/category/diversos>. Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Anexo II: Protocolo de Identificação do paciente. Disponível em: <http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/category/diversos> Acesso: 26 ago. 2019.

CONSELHO Federal de Enfermagem. Resolução COFEN Nº 311/2007. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. ANEXO III: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Disponível em: <http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmwd8.pdf>. Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida. Brasília, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2616 de 12 de maio de 1998 dispõe sobre Programa de Controle de Infecção Hospitalar. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. Critérios diagnóstico de infecção relacionados à assistência à saúde. Serie: Segurança do Paciente e qualidade de serviços de saúde. Brasília, 2ª edição 2017. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3507912/Caderno+2+-+Crit%C3%A9rios+Diagn%C3%B3sticos+de+Infec%C3%A7%C3%A3o+Relacionada+%C3%A0+Assist%C3%A2ncia+%C3%A0+Sa%C3%BAde/7485b45a-074f-4b34-8868-61f1e5724501> Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. RESOLUÇÃO N 07, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010. Dispõe sobre requisitos mínimos para funcionamento de Unidade de Terapia Intensiva e dá outras providências. MS, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. RESOLUÇÃO - RDC Nº 26, DE 11 DE MAIO DE 2012. Altera a Resolução RDC nº. 07, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. MS, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0026_11_05_2012.html Acesso: 26 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução N137, de 08 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3219514/RDC_137_2017_.pdf/f1b5c939-4c63-4958-9220-08dbcabbc4cf Acesso: 26 ago. 2019.

CONSELHO CONSULTIVO EUROPEU SOBRE ULCERA POR PRESSÃO E ALIANÇA DE LESÕES POR PRESSÃO DA PAN PACIFIC. Prevenção e Tratamento de Úlceras por Pressão: Guia de Consulta Rápida Emily Haesler (Ed.) Cambridge Media: Osborne Park, Austrália; 2014. Disponível em: <http://www.epuap.org/wp-content/uploads/2016/10/portuguese-quick-reference-guide-jan2016.pdf> Acesso: 26 ago. 2019.

CONSELHO Federal de Enfermagem. Lei nº 8.967, de 28 de dezembro de 1994. Altera a redação do parágrafo único do art. 23 da lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-8967-de-281294_4170.html. Acesso: 26 ago. 2019.

DALGALARRONDO, P Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre, 2008. Editora Artes Médicas do Sul.

SOUSA, P.; Mendes, W.; Segurança do paciente. Criando organizações de saúde seguras – Rio de Janeiro, EAD/ENSP, 2014. 208 p.
Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/conselhos-e-comissoes/cosep-comite-de-seguranca-do-paciente/sugestoes-de-leitura/10997-livro-2-seguranca-do-paciente-web/file> Acesso: 26 ago. 2019.

GUARESCHI, A. P. D. F.; Carvalho, L. V. B.; Salati, M. I. Medicamentos em Enfermagem, Farmacologia e Administração. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

HINKLE, Janice L.; Cheever, Kerry H.; . Brunner & Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. Tradução: Voeux, Patrícia L. et al. 13 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. vol. I e II.

KURCGANT, P. et al. Gerenciamento em Enfermagem. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

MORTON, P. G.; Fontaine, D.K. Fundamentos dos Cuidados Críticos em Enfermagem – Uma abordagem Holística. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

POTTER, P; Perry, A.G. Fundamentos de enfermagem. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

TAMEZ, R. N. Enfermagem na UTI Neonatal: Assistência ao Recém-nascido de Alto Risco. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

TANNURE, M.C.; PINHEIRO, A. M. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: guia prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

TANNURE, M.C.; PINHEIRO, A. M. P. Semiologia Bases Clínicas para o Processo de Enfermagem, 1 ed. Editora Guanabara Koogan. 2017.

TOBASE, L.; TOMAZINI, E. A. S. Urgências e Emergências em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

WILSON, D.; HOCKENBERRY, Marilyn J. Wong: Manual Clínico de Enfermagem Pediátrica. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 496 p.

VIANA, RAPP, MACHADO, FR, SOUZA, JLA. Sepsis, um problema de saúde pública: a atuação e colaboração da enfermagem na rápida identificação e tratamento da doença. São Paulo: COREN-SP, 2017. Disponível em: <https://www.ilas.org.br/assets/arquivos/ferramentas/livro-sepsis-um-problema-de-saude-publica-coren-ilas.pdf> Acesso: 26 ago. 2019.

FARMÁCIA

PROGRAMA

Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Política Nacional de medicamentos. Ética Profissional. Boas práticas em farmácia hospitalar: Abastecimento e gerenciamento de estoque de medicamentos. Gerenciamento de medicamentos de controle especial. Seleção de Medicamentos. Sistemas de Distribuição de Medicamentos. Cálculos em farmácia hospitalar. Uso racional de antimicrobianos e Controle de Infecções Hospitalares. Boas práticas para manipulação e unitarização de medicamentos. Terapia de Nutrição Enteral e Parenteral e o uso de medicamentos. Segurança no uso de medicamentos. Gerenciamento de Tecnologias em Saúde. Farmacodinâmica. Farmacocinética. Farmacologia do sistema cardiovascular. Farmacologia do sistema respiratório. Tratamento da dor e inflamação. Interações medicamentosas. Farmácia clínica.

REFERÊNCIAS

ACURCIO, Francisco de Assis. Medicamentos: Política, assistência farmacêutica, farmacoepidemiologia e farmacoeconomia. Belo Horizonte, Minas Gerais. Coopmed.2013

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 272 de 8 de abril de 1988. Regulamento Técnico Para a Terapia de Nutrição Parenteral. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0272_08_04_1998.html. Acesso 23/08/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso 23/08/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Disponível

em: <http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmwD8.pdf>. Acesso 23/08/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html. Acesso 23/08/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. (ANEXOS IV e VI). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/res0067_08_10_2007.html. Acesso 23/08/2019.

BRUNTON, L.L.; LAZO, J.S.; PARKER, K.L. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006.

CARVALHO, F.D.; CAPUCHO, H.C.; BISSON, M.P. Farmacêutico Hospitalar: conhecimentos, habilidades e atitudes (desenvolvimento de competências desde a graduação ao mercado de trabalho). Barueri, SP. Manole, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Código de ética da profissão farmacêutica. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/76/08-codigodeetica.pdf>. Acesso: 23/08/2019.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO Nº 585 DE 29 DE AGOSTO DE 2013. Ementa: Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>. Acesso 23/08/2019.

GOMES, M.J.V.M.; REIS, A.M.M. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2003.

Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html. Acesso: Acesso 23/08/2019.

SBRAFH. Guia de boas práticas em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde. São Paulo, SP, 2009.

STORPIRTIS, S.; MORI, A.L.P.M; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. Ciências Farmacêuticas: Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro, RJ. Guanabara Koogan, 2008.

FISIOTERAPIA

PROGRAMA

Anatomia Funcional e palpatória; Semiologia; Fisiologia e Fisiopatologia: respiratória, cardiovascular, neurofisiologia, fisiologia articular e do envelhecimento; Cinesiologia; Cinesioterapia; Recursos terapêuticos, nos âmbitos hospitalar, ambulatorial e terapia intensiva; Suporte básico de vida; Avaliação e conduta fisioterapêutica nas diversas patologias (métodos e técnicas): pulmonares, cardiovasculares, reumatológicas, geriátricas, traumato- ortopédicas, neurológicas, pediátricas, dermatológicas, ginecológica e obstetrícia; Fisioterapia em Pré e Pós-operatórios de cirurgias torácicas, cardíacas, neurológicas, abdominais e ortopédicas; Fisioterapia preventiva; Assistência fisioterapêutica nas doenças infectocontagiosas; Suporte ventilatório invasivo ou não invasivo; Oxigenoterapia; Farmacologia aplicada; Interpretação de exames complementares; Prótese e órtese; Indicação e tipos de auxílio à locomoção; Ética e deontologia profissional; Norma operacional do SUS; Políticas públicas de saúde; Humanização; Segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, 2017.
- WEST, J.B. Fisiologia Respiratória. Princípios Básicos. Porto alegre. Artmed.
- WEST, J.B. Fisiopatologia Pulmonar. Princípios Básicos. Porto Alegre. Artmed.
- DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia Humana básica. Editora Atheneu.
- GUYTON. Tratado de Fisiologia Médica. 12ª edição 2011 Elsevier.
- MACHADO, M.G.R. Bases da Fisioterapia Respiratória. Terapia Intensiva e Reabilitação. Guanabara Koogan. 2ª edição. 2018.
- WILKINS RL, STOLLER JK, Kacmarek RM. Egan Fundamentos da Terapia Respiratória. 9ª edição 2009 Elsevier.
- TARANTINO A B. Doenças Pulmonares. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- UMPHRED, D. A. Reabilitação Neurológica - 5ª ed. Elsevier, 2009.
- SARMENTO GJV et al. Princípios e práticas de ventilação mecânica. 2ª edição. Editora Manole, São Paulo, 2014.

SARMENTO GJV et al. Fisioterapia respiratória no paciente crítico. 1ª edição. Editora Manole, São Paulo, 2010.

BARBAS C S V; ÍSOLA A M; FARIAS A M C (Orgs.). Diretrizes brasileiras de ventilação mecânica. São Paulo: AMIB/SBPT, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 8.080 e suas atualizações, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf

NUTRIÇÃO

PROGRAMA

Triagem e avaliação nutricional. Indicadores antropométricos, dietéticos e laboratoriais nas diferentes faixas etárias. Ingestão, digestão, absorção, excreção, metabolismo e fontes alimentares dos nutrientes. Necessidades e recomendações de nutrientes e energia nas diferentes faixas etárias. Terapia nutricional enteral e parenteral: indicação, seleção de fórmulas, vias de acesso, complicações, monitorização clínica e laboratorial. Aspectos fisiopatológicos e terapia nutricional nas doenças gastrointestinais, pulmonares, neurológicas, cardiovasculares, renais, hepatopatas, HIV e queimados. Aspectos fisiopatológicos e terapia nutricional no diabetes mellitus, obesidade e câncer. Desnutrição: consequências e cuidado nutricional. Nutrição no pré e pós-operatório. Aspectos fisiopatológicos: terapia nutricional em pediatria. Terapia nutricional: Cuidados Paliativos. Nutrição e cicatrização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de atenção básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad27.pdf. Acesso: 25 ago. 2019.

COZZOLINO, S.M.F.; Cominetti, C. Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição – nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença. 1ª ed., Manole, Barueri. 2013.

CUPPARI, L. Guia de Nutrição: Nutrição Clínica no Adulto. 3ª ed., São Paulo: Manole. 2014. DUARTE, A.C.G. Avaliação Nutricional - Aspectos Clínicos e Laboratoriais. São Paulo: Atheneu. 2007.

LIMA, L.C.; Reis, N.T. Interpretação de Exames Laboratoriais Aplicados à Nutrição Clínica. 1ª ed., Rubio, Rio de Janeiro. 2012.

MAHAN, L. K; Escott-Stump, S. Krause. Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13ª ed., São Paulo: Roca. 2013.

SHILS, M.E.; Olson, J.A.; Shike, M.; Ross, A.C. Tratado de Nutrição Moderna na Saúde e na Doença. 9ª ed., São Paulo: Manole. 2003.

SILVA, A.P A., NASCIMENTO, A.G, ZAMBERLAN, P. Manual de dietas e condutas nutricionais em Pediatria. Atheneu, 2014.

TOLEDO, D.; Castro, M. Terapia Nutricional em UTI. 1ª ed., Rubio. 2015.

VITOLLO, M.R. Nutrição da Gestação ao Envelhecimento. 2ª ed., Rubio. 2014.

WAITZBERG, D. L. Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica. Atheneu, 4ª ed. 2017. WEFFORT, V. R. S. Nutrição em Pediatria - da Neonatologia à Adolescência. Manole. 2009.

ODONTOLOGIA

PROGRAMA

Anatomia de cabeça e pescoço. Terapêutica. Farmacologia. Fisiologia humana. Patologia bucal. Medicina oral. Cirurgia oral menor. Odontologia em terapia intensiva, exames e protocolos. Manejo do paciente com comprometimento sistêmico. Princípios de estomatologia. Odontologia em ambiente hospitalar. Princípios de exame clínico. Atuação odontológica na oncologia, hematologia, transplante de medula óssea e órgãos sólidos, cardiologia, pediatria, radioterapia e quimioterapia. Treinamento das equipes de enfermagem.

REFERÊNCIAS

AMARAL COF, MARQUES JA, BOVOLATO MC, PARIZI AGS, OLIVEIRA A., STRAIOTO FG. Importância do cirurgião-dentista em Unidade de Terapia Intensiva: avaliação multidisciplinar. Rev APCD. 2013;67(2):107-11.

ANDRADE ED – Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. 2 ed - Artes Médicas, 2006.

BENZINELLI, L., M. O atendimento odontológico no transplante de medula óssea: impacto clínico e econômico. Dissertação de Mestrado em Ciências Odontológicas,

Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BRUNETTI RF, MONTENEGRO FLB, MANETTA CE. Interações entre a Medicina e a Odontologia. In: BrunettiRF, Montenegro FLB. Odontogeriatrics - notions of clinical interest. São Paulo: Arte Médicas; 2002. p. 101-14.

Carpenter A *et al* Cecil – Medicina Interna Básica. 6 ed – Elsevier, 2002.

CILLO, J.E. The development of hospital dentistry in America- the first one hundred years (1850-1950) J.Dent.1996 • CL, Grap MJ. Oral Health and Care in the Intensive Care Unit: State of the Science. Am J Crit Care. 2004;13(1):25-32.

DORO GM, FIALHO LM, LOSEKANN M, PFEIFF DN. Projeto “Odontologia Hospitalar”. Rev Abeno 2006;6(1):49-53.

DUBRUL G, SICHER H. Anatomia Oral. Ed. Artes Medicas 8 Ed. 1991.

EGBERT B, TOLEDO C, JUNIOR CR. Influências das condições sistêmicas sobre as doenças periodontais e das doenças periodontais sobre as condições sistêmicas. In: Tunes UR, Rapp GE. Atualização em periodontia e implantodontia. São Paulo: Artes Médicas; 1999.

ESTRELA c. Controle de infecção em odontologia. São Paulo: Artes Médicas, 2003.

FERRAZ, M.L.C.G; PEREZ, R. O Paciente Hepatopata e as Práticas Odontológicas. In: GREGORI-CARLOS. Propedêutica Clínica Odontológica. São Paulo: Savier, p. 95-106, 2006.

GOODMAN S, GILMAN A. As bases farmacológicas da terapêutica. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora McGraw-Hill. 2003.

GUYTON,A.C.;HALL.JE. Tratado de fisiologia Médica. 11 ed Rio de Janeiro, Elsevier ED. 2006.

Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido Little, Falace, Miller, Rhodus 7 edição. Rio de Janeiro 2008.

Manuais de especialização Odontologia Hospitalar Albert Einstein Coordenadoras Fernanda de Paula Eduardo e Letícia Mello Bezinelle e Luciana Corrêa Editora da Série.

Manual da odontologia Hospitalar 1 edição. Secretaria de Saúde Governo de São Paulo.

MANUAL PRÁTICO PARA O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS GOIÂNIA – GO 2009 Parte IX Pacientes imunossuprimidos por medicamentos: Leucemia 52 Cerise C. Campos; Bruna B. Frazão; Liliane A. Moraes.

MILORO M *et al*. Peterson’s Principles of Oral and Maxillofacial Surgery. 2ª ed - B C Decker Inc, 2004.

NEVILLE, D et al. Patologia Oral e Maxilofacial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

ORSI, M., C., R. Laserterapia e transplante de medula óssea alogênico: efeitos sobre a manutenção da integridade da mucosa oral. Dissertação de Mestrado Profissional na área de LASER em Odontologia, Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ROBBINS e COTRAN. Patologia, bases patológicas das doenças. Ed . Elsevier, 1998.

RODRIGUES, G., H., C. Avaliação da mucosite oral em pacientes que receberam terapia com laser de baixa potência pré-transplante de medula óssea. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Diagnóstico Bucal, Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANTOS PSS, SOARES Jr LA. Medicina bucal: a prática na odontologia hospitalar. São Paulo: Ed Santos. 2012.

SANTOS PSS, SOARES LAV. Medicina bucal- A prática na odontologia hospitalar. Editora Santos: São Paulo. 2012.

SONIS ST, FAZIO RC. Medicina Oral 2 ed. Panamericana, 1995.

Systematic review of basic oral care for the management of oral mucositis in cancer patients. Deborah B. McGuire et al; On behalf of the Mucositis Study Group of the Multinational Association of Supportive Care in Cancer/International Society of Oral Oncology (MASCC/ISOO).

Systematic review of photobiomodulation for management of oral mucositis in cancer patients and clinical guidelines Yehuda Zadik et al; On behalf of the Mucositis Study Group of the Multinational Association of Supportive Care in Cancer/International Society of Oral Oncology (MASCC/ISOO)2019.

YAGIELA JA, NEIDLE EA, DOWD FJ. Farmacologia e Terapêutica para dentistas. 4 Ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2000.

PSICOLOGIA

PROGRAMA

Novo Código de Ética Profissional do Psicólogo; Elementos gerais sobre a prática clínica: Psicologia e Políticas Públicas para a Saúde no Brasil. A função do psicólogo nos campos da promoção, prevenção, tratamento. Psicologia Hospitalar no Brasil: aspectos históricos, conceituais e teóricos: Histórico da inserção dos serviços de psicologia nos hospitais do Brasil; Binômio saúde/doença e suas características contemporâneas; Atividades de assistência, ensino e pesquisa; Limites e desafios do trabalho multi/inter

e transdisciplinar. Elaboração de documentos e registros psicológicos: análise, desenvolvimento e cuidados no processo de comunicação dos resultados. Entrevista psicológica: definição, tipos e finalidades. Identificação do problema, sinais e sintomas; Psicopatologia: conceituação; alterações da percepção, representação, juízo, raciocínio, memória, atenção, consciência e afetividade; doenças de natureza psíquica (alcoolismo, depressão, esquizofrenia, ansiedade). Fundamentos para o planejamento e a gestão do processo de trabalho em organizações públicas de saúde; Atendimento psicológico nas diversas situações de hospitalização: adultos, adolescentes, crianças e familiares; as especificidades do trabalho do psicólogo nas unidades de atendimento ambulatorial, internação, UTI, urgência, emergência e pronto atendimento; Família e equipe diante da situação de urgência. Intervenção Psicológica na crise; Transtorno de estresse pós-traumático; Plantão Psicológico.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, V. A. E a Psicologia Entrou no Hospital. Belo Horizonte: Artesã, 2017.

BENEVIDES, R. A. (2005). Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? Psicologia & Sociedade. 17 (2): 21-25.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cadernos de atenção básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. 2010. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad27.pdf>. Acesso: 31 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Cadernos de Atenção Básica, n. 34. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf> Acesso: 31 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia-1.pdf>> Acesso: 31 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 7/2003 (2003). Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso: 31 jul. 2018.

CUNHA, J.A. Psicodiagnóstico-V. Porto Alegre: Artmed, 5ª ed., 2003.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRANCO, M.H.P. (Org). A Intervenção psicológica em Emergências: Fundamentos para a Prática. São Paulo: Summus Editorial. 2015.

FREUD, S. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Edição Standard. v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 2009.

ISMAEL, S. M. C. A prática psicológica e sua interface com as doenças. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2ª ed, 2010.

KÜBLER-ROSS, E. Sobre a morte e o morrer: porque os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. São Paulo: Martins Fontes, 8ª ed., 1998. 296p.

MOURA, M. D. Psicanálise e hospital: a criança e sua dor. Rio de Janeiro: Revinter, 1999. 163p.

SANTOS, L. C.; MIRANDA, E. M. F.; NOGUEIRA, E. L. Psicologia, Saúde e Hospital: contribuições para a prática profissional. 1ª ed. Belo Horizonte: Artesã, 2015. 288p.
SPINK, M. J. P. (Org.). (2007).

A PSICOLOGIA EM DIÁLOGO COM O SUS: PRÁTICA PROFISSIONAL E PRODUÇÃO ACADÊMICA. São Paulo: Casa do Psicólogo.